



GEOGRAFIA DO VOTO NAS ELEIÇÕES DE 2018 PARA A CÂMARA DOS DEPUTADOS

VOTE GEOGRAPHY IN THE 2018 ELECTIONS FOR THE CHAMBER OF DEPUTIES

GEOGRAFÍA DEL VOTO EN LAS ELECCIONES DE 2018 PARA LA CÁMARA DE LOS DIPUTADOS

Diego de Oliveira Machado¹

Resumo: O artigo estuda a geografia do voto dos deputados federais eleitos em 2018 no Brasil, por meio de uma análise exploratória de dados, classificando-os em quatro diferentes padrões espaciais de votação: concentrado-dominante, concentrado-compartilhado, fragmentado-dominante e fragmentado-compartilhado, e analisando os resultados a níveis estaduais, regionais e partidários. Além disso, compara os dados obtidos com as eleições de 1998, identificando as mudanças ocorridas no período. Verificou-se que ainda existe uma grande variação na distribuição de frequências dos padrões de votação em todo o país, tanto do ponto de vista estadual quanto regional, e, além disso, o padrão geral de votação vem se tornando cada vez mais fragmentado e menos concentrado, o que indica uma diminuição da distritalização das eleições brasileiras.

Palavra-chave: Geografia do voto; Eleições; Deputados federais.

Abstract: The article studies the vote geography of the federal deputies elected in 2018 at Brazil, through an exploratory data analysis, classifying them into four different spatial patterns of voting: concentrated-prevalent, concentrated-shared, fragmented-prevalent and fragmented-shared, and analyzing the results at the state, regional, and party levels. In addition, it compares the data obtained with the 1998 elections, identifying the changes that occurred in the period. It was found that there is still a wide variation in the frequency distribution of voting patterns across the country, both from the state and regional point of view, and in addition, the general voting pattern has become increasingly fragmented and less concentrated, which indicates a decrease in the districtization of Brazilian elections.

Keywords: Vote geography; Elections; Federal deputies.

Resumen: El artículo estudia la geografía de la votación de los diputados federales electos en 2018 en Brasil, a través de un análisis de datos exploratorio, clasificándolos en cuatro patrones espaciales de votación diferentes: concentrado-dominante, concentrado-compartido, fragmentado-dominante y fragmentado-compartido, y analizando los resultados a nivel estatal, regional y de partido. Además, compara los datos obtenidos con las elecciones de 1998, identificando los cambios ocurridos en el período. Se encontró que todavía existe una amplia variación en la distribución de frecuencia de los patrones de votación en todo el país, tanto desde el punto de vista estatal como regional, y, además, el patrón general de votación se ha vuelto cada vez más fragmentado y menos concentrado, lo que indica una disminución de la distritalización de las elecciones brasileñas.

Palabras clave: Geografía electoral; Elecciones; Diputados federales.

¹ Mestrando em Poder Legislativo e Especialista em Política e Representação Parlamentar pelo Cefor. Analista Legislativo - Atribuição Informática Legislativa - da Câmara dos Deputados desde 2008, com atuação na Diretoria de Tecnologia e em Lideranças Partidárias.

1 Introdução

Este trabalho tem como objetivo estudar a geografia do voto dos deputados federais que obtiveram êxito no pleito eleitoral de 2018, a partir de uma análise exploratória dos votos nominais por eles obtidos e de como esses votos são distribuídos pelos diversos municípios onde obtiveram votos.

Inicialmente, cumpre salientar a importância da utilização de recursos fornecidos pelas análises quantitativas para a explicação de fenômenos observados no âmbito das ciências humanas, notadamente na Ciência Política. Na pesquisa em grandes bases de dados de dados eleitorais, socioeconômicos, legislativas, entre outras, é possível confrontar os dados com diferentes variáveis que possam, pelo menos em parte, explicar alguns comportamentos do nosso sistema político, principalmente no âmbito do Legislativo.

A geografia do voto, nesse contexto, propõe investigar a origem eleitoral dos deputados federais, e a partir disso, entender melhor como se dá a priorização seus objetivos e suas atuações na arena parlamentar. Dentre vários estudos sobre o tema, esse trabalho tem como referência o livro de Nelson Rojas de Carvalho, “E no início eram as bases - geografia política do voto e comportamento legislativo no Brasil”, no qual o autor faz um estudo amplo sobre o tema nas eleições de 1994 e 1998, desde o levantamento de como se deu a disputa eleitoral nos municípios, e sua correlação com dados socioeconômicos, até o estudo das políticas públicas, atitudes e comportamentos desenvolvidos pelos parlamentares, relacionados com o padrão de distribuição dos votos obtidos no pleito eleitoral.

Carvalho traça um paralelo entre o padrão geográfico de votação e as práticas parlamentares, concluindo basicamente que deputados com votação mais dominante são mais paroquialistas, tendendo a captar recursos para as suas bases, enquanto deputados com votação compartilhada trabalham sob uma lógica mais universalista, optando pela tomada de posição como forma de conexão eleitoral.

A proposta deste artigo, portanto é, em primeiro lugar, verificar como hoje se distribuem os diferentes perfis geográficos dos eleitos, e em seguida confrontar os resultados com aqueles obtidos por Carvalho (2003) há duas décadas.

2 Geografia do Voto

A expressão “geografia do voto” não encontra uma definição única na teoria, muito embora seja usado de forma ampla por vários cientistas políticos. Destaco o trabalho de autores como Fleischer (1976), Ames (2003), Carvalho (2003), e, mais recentemente, Santos (2015) e Borges, Paula e Silva (2016), que analisam o tema em diferentes aspectos.

De acordo com Santos (2015), em revisão bibliográfica sobre o tema, os estudos iniciais sobre a geografia do voto no Brasil “tentam verificar padrões na distribuição dos votos em uma eleição, de modo a descobrir se existe alguma associação entre a votação que determinado

candidato, partido ou coligação recebeu e certos atributos territoriais”. Como atributos territoriais o autor cita como exemplo o “grau de urbanização, nível de desigualdade e distribuição de renda e grau de escolaridade da população”, fatores esses que poderiam “ajudar a perceber quais são as bases sociais por trás da eleição de candidatos” (SANTOS, 2015, p. 2).

Do ponto de vista teórico, o estudo da geografia do voto encontra respaldo no institucionalismo da escolha racional. De acordo com Hall e Taylor (2001), para os adeptos dessa escola, a vida política seria “uma série de dilemas de ação coletiva”, composta por “situações em que os indivíduos que agem de modo a maximizar a satisfação das suas próprias preferências o fazem com o risco de produzir um resultado subótimo para a coletividade” (HALL; TAYLOR, 2001, p. 205).

No contexto do Legislativo, esses cálculos e estratégias estariam voltados principalmente para a maximização de chances de reeleição. Consequentemente, seu comportamento parlamentar, seja ele nas votações de matérias de interesse da sociedade, na apresentação de emendas orçamentárias ou mesmo no fomento de políticas públicas, será menos voltado para o interesse da coletividade do que para o atingimento de tal objetivo. Isso é o que Mayhew (1974) chama de conexão eleitoral.

No âmbito da teoria da escolha racional, há três modelos teóricos principais que se propõem a explicar o funcionamento da arena parlamentar, principalmente nos Estados Unidos: os modelos informacional, distributivista e partidário. O modelo informacional está relacionado à uma característica mais presente no Congresso americano: a especialização das comissões. No partidário, o foco é a presença dos partidos políticos e a sua força no em todo o sistema político-parlamentar. O modelo distributivista, por sua vez, relaciona-se a práticas de *pork-barrel*², nas quais o objetivo principal dos políticos é conseguir benefícios concentrados para seus *constituencies*³, com custos difusos aplicados a toda a população.

A geografia do voto estaria, a princípio, calcada nas premissas distributivistas, tendo em vista, principalmente, o sistema eleitoral adotado nos Estados Unidos: o sistema distrital uninominal. Nesse sistema é esperado que ocorra a exacerbação de práticas particularistas, uma vez que os parlamentares precisam lutar para levar benefícios para seus distritos, a fim de garantirem sua reeleição. Segundo Lemos (2001), “uma vez que os legisladores estão sujeitos a eleições periódicas, e o espaço eleitoral é o geográfico, a “conexão eleitoral” significa que todo membro do Congresso tem fortes incentivos para atender aos interesses específicos dos eleitores de sua região” (LEMONS, 2001, p. 567).

Segundo Carvalho (2003), alguns aspectos do legislativo brasileiro análogos ao observados no Congresso americano fez com que vários autores importassem esse modelo para

² Termo usado para designar o uso de fundos do governo para projetos que visam agradar aos eleitores ou legisladores e conquistar votos.

³ Base eleitoral de um representante no âmbito do poder legislativo.

explicar a nossa realidade. O autor conclui, no entanto, que a generalização é imperfeita, pois ao contrário do sistema americano, de maioria simples e baseada em distritos uninominais, “no caso brasileiro, o sistema proporcional de lista aberta permite e faz com que os representantes se elejam a partir de unidades geográficas com configurações extremamente distintas” (CARVALHO, 2003).

O brasileiro Barry Ames, em seu estudo publicado em 2003, propõe-se a esmiuçar essas diferentes configurações geográficas da realidade brasileira, criando contornos de maior complexidade ao delinear as diferentes combinações de geografia eleitoral aplicáveis ao nosso sistema eleitoral. Ao analisar o resultado das eleições não só sobre a ótica horizontal da concentração ou fragmentação dos votos, mas também considerando o efeito vertical da alta ou baixa dominância que os deputados exercem sobre suas bases eleitorais, Ames (2003) estabelece assim, quatro tipos de distritos informais, que deveriam nortear o comportamento parlamentar de formas diferentes: concentrados-dominantes, dispersos-compartilhados, dispersos-dominantes e dispersos-compartilhados (AMES, 2003, p. 65).

De acordo com Ames (2003, p. 66), o município concentrado-dominante representa o “clássico reduto eleitoral brasileiro, no qual um deputado domina um grupo de municípios contíguos”. É aquele deputado que pode pertencer a “uma família de longa preeminência econômica ou política numa determinada região”; ou podem “ter iniciado sua carreira política exercendo cargos locais” ou ainda “ter feito um acordo com caciques locais”.

Já os municípios concentrados-compartilhados são as grandes áreas metropolitanas, aqueles nos quais certos setores do eleitorado de tão grandes podem eleger sozinhos muitos deputados. Os exemplos são os deputados que defendem causas operárias ou ecológicas (AMES, 2003, p. 69).

O terceiro tipo são os municípios dispersos-compartilhados, aqueles que elegem deputados de setores numericamente pouco expressivos, porém bastante fiéis e com distribuição por todo o estado, como os religiosos e descendentes de imigrantes (AMES, 2003, p. 70).

O último tipo desenhado por Ames são os municípios dispersos-dominantes, correspondentes a dois tipos de candidatos: aqueles que fazem acordo com líderes políticos locais e também os ex-ocupantes de cargos na administração estadual (como secretário de Estado, posto com grande possibilidade de troca de favores e de práticas clientelistas). (AMES, 2003, p. 72).

Não obstante esse sistema complexo, o autor conclui que o político padrão brasileiro é orientado pela lógica distributivista, já que, segundo ele, “as instituições políticas criam incentivos que estimulam os políticos a maximizar seus ganhos pessoais e a se concentrar em cavar projetos de obras públicas para eleitorados localizados ou para seus próprios patrocinadores políticos” (AMES, 2003, p. 18).

Já Carvalho (2003) utiliza a mesma direção metodológica proposta por Ames (2003),

que considera diferentes padrões geográficos de eleição dos parlamentares, mas critica a generalização do seu resultado. Segundo Carvalho, o autor americano “acaba por generalizar um único comportamento no que se refere à ação dos parlamentares brasileiros: a busca de recursos desagregados e de *pork-barrel* para as bases eleitorais, a prevalência da lógica do particularismo” (CARVALHO, 2003, p. 59).

Após analisar os diversos padrões de distribuição de votos existentes no sistema brasileiro, e confrontar os dados com as atitudes e comportamentos dos deputados durante as legislaturas para as quais foram eleitos, Carvalho (2003) delinea as características atribuídas a cada padrão de votação, inclusive sugerindo novos elementos que contrastam com o estabelecido em estudos anteriores.

Um dos principais achados do autor é a dissociação entre o comportamento distributivista e a uma votação concentrada geograficamente, característica presente em nosso sistema proporcional que foi um dos principais alvos de críticas e um dos elementos centrais de análise dos estudos iniciais de geografia do voto, tais como Fleischer (1974), Martins (1983), Indjaian (1981) e Dias (1991).

Segundo Carvalho (2003), na realidade brasileira, mesmo nos casos onde há fragmentação eleitoral, esta, “quando combinada à dominação vertical das municipalidades, antes de traduzir uma dinâmica política de ordem ideológica, aparece como indicador de práticas políticas de natureza pragmática ou mesmo atrasada” (CARVALHO, 2003, p. 107).

Corroborar essa percepção o fato de que, nos estudos do autor, o padrão fragmentado-dominante, é de longe o mais característico do Nordeste⁴, região que, segundo Monteiro e Júnior (2019), dificilmente será compreendida “sem que se lance o olhar para as relações de poder constituídas; sem que se compreenda a força que exercem as oligarquias locais e regionais na dinâmica de permanência ou mesmo de transformações das instituições no Nordeste brasileiro” (MONTEIRO; JÚNIOR, 2019, p. 9).

Por outro lado, Carvalho (2003) entende que os deputados com um padrão de votação concentrado-compartilhado, possuem “base eleitoral nas capitais e das grandes cidades, para quem os benefícios desagregados trazem pouco, ou nenhum, dividendo eleitoral, já que não são passíveis de reivindicação de crédito, dada a grande dimensão desses colégios eleitorais.” Para o autor, ao invés de visarem o particularismo, esses parlamentares priorizariam “maximizar suas chances de reeleição pela tomada de posição diante de temas sensíveis às suas respectivas bases, seja por meio da apresentação de proposições no Congresso, de votos em plenário, da presença na mídia. A mesma lógica é aplicada aos deputados com votação fragmentada-compartilhada, que “extrairiam pouco retorno eleitoral da alocação de benefícios desagregados” (CARVALHO, 2003, p.119-120)

⁴ O padrão fragmentado-dominante representou na região Nordeste, 57% do total de eleitos em 1994 e 64% em 1998.

Dessa forma, Carvalho (2003) conclui que apenas metade dos parlamentares brasileiros estavam mais inclinados a práticas particularistas, e correlaciona essa característica a um padrão de votação dominante, seja ele concentrado ou fragmentado. Já à outra metade, com um padrão de votação compartilhado, também independente da fragmentação, é atribuída uma atuação mais forte em pautas universalistas, utilizando a tomada de posição como estratégia perante seu eleitorado.

3 Método

Os dados de pesquisa foram obtidos no Repositório de Dados Eleitorais do TSE (BRASIL, 2021), em formato *.csv* (*comma-separated-values*), individualizados por estado, contendo o quantitativo de votos nominais de cada candidato por município e zona eleitoral.

O processamento dos dados foi realizado no *R*⁵, software para análises estatísticas, já que foi preciso trabalhar com um banco de dados com 38 variáveis, ou colunas, e 9.104.661 observações, ou linhas.

A metodologia utilizada segue a proposta por Carvalho (2003), nos seus dois recortes aqui analisados: tanto na investigação do grau de competição política nos municípios e, por conseguinte, nos diversos estados da federação e suas regiões, quanto na análise dos diferentes padrões geográficos de distribuição do voto dos deputados eleitos.

No primeiro caso, para se analisar a competição política municipal, são medidos os índices de aproveitamentos de votos⁶, isto é, o percentual de votos conferidos a candidatos eleitos, em cada município. A partir daí os valores são totalizados por unidades da federação e por região, e comparados com os dados de 1998 trazidos por Carvalho.

Já na segunda perspectiva, ao se olhar sob o prisma individual dos candidatos eleitos, busca-se medir a distribuição de suas frequências nos quatro padrões já estudados, baseados na combinação de duas variáveis a serem medidas: concentração e dominância.

A variável concentração, ou de forma inversa, a fragmentação, representa o número de municípios efetivos nos quais os deputados eleitos obtiveram votos, ou em outras palavras, quantos municípios foram decisivos para sua eleição⁷. Para cálculo dessa variável, é usado o índice de fragmentação de Rae invertido, também bastante utilizado na literatura para se determinar o número de partidos efetivos numa casa legislativa, por exemplo. Segundo Borges, Paula e Silva (2016), o índice é dado pela seguinte fórmula: $1 / (\sum Ci^2)$ ($i = 1 \dots N$), sendo ‘Ci’ a

⁵ O código-fonte está disponível em “https://github.com/livediego/politics/blob/main/geografia_do_voto”

⁶ Na primeira análise, optou-se apenas pelo cálculo do percentual de aproveitamento de votos como indicador do nível de competição política dos municípios, por uma maior clareza metodológica, já que na utilização do índice de Rae invertido, Carvalho não deixa claro qual o corte deve ser feito para se considerar um município concentrado ou disperso.

⁷ Aqui são desconsiderados os efeitos dos votos em legenda e das coligações.

contribuição do município 'i' à votação total do candidato no estado.⁸

A partir do resultado, atribuímos ao índice um valor de corte de 7, que corresponde, por exemplo, a um deputado que obteve 35% de votos no primeiro município, e 77% nos dez primeiros. Dizemos, portanto que a votação de um deputado é:

- concentrada, se o índice de fragmentação for inferior a 7;
- fragmentada, se o índice de fragmentação for 7 ou superior.

A outra dimensão a ser medida é a dominância, que representa a força dos deputados eleitos nos municípios onde obtiveram votos. Ou seja, essa variável depende da comparação não só da votação de um determinado deputado nos diversos municípios, mas também o percentual de votos em relação a seus concorrentes. O índice de dominância, dessa forma, é descrito pela equação⁹: $\sum i. n = (v_i/p_i) \times (v_i/V)$, onde n=quantidade de municípios no estado; v_i = número de votos recebidos pelo deputado no município i; p_i = número total de votos válidos para deputado federal no município i; e V= total de votos recebidos pelo deputado em todo o estado.

Uma vez calculado o índice de dominância de cada deputado, eles são agrupados de acordo com sua posição em relação à média. Assim, diz-se que um deputado possui votação:

- dominante, se seu índice de dominância for maior do que a média;
- compartilhada, se seu índice de dominância for menor do que a média.

A partir da combinação das duas dimensões analisadas, podemos então agrupar os padrões de votação dos deputados em quatro categorias: concentrado/dominante (C/D), concentrado/compartilhado (C/C), fragmentado/dominante (F/D) e fragmentado/compartilhado (F/C).

Uma vez categorizados, os dados são agregados por estado, região, e partido, a partir dos quais são feitas comparações entre si e também relação aos valores obtidos por Carvalho nas eleições de 1994 e 1998.

4 Resultados e Discussão

O conjunto de dados analisados tem como base o padrão de concentração/dominância dos votos dos deputados eleitos. A tabela 1 traz a distribuição desses valores pelas todas as unidades da federação, com exceção do Distrito Federal¹⁰.Analisando os dados da tabela 1,

⁸ Assim como em Carvalho, o presente estudo se absteve da normalização do índice segundo o padrão de distribuição do eleitorado nos diversos estados, já que segundo o autor, esse procedimento é irrelevante para o resultado final.

⁹ Diferentemente de Carvalho, que utilizou as 15 primeiras cidades mais votadas, como um *proxy* para o resultado esperado, optei por trabalhar com o conjunto total de municípios, ou seja, com a situação real.

¹⁰ O DF tem uma característica especial: possui apenas um município, que se confunde com a própria UF. Dessa forma, é impossível medir o índice de fragmentação, a não ser que fosse usado outra unidade de medida, como zona eleitoral ou região administrativa. Ainda assim, seria uma medida diferente do restante dos estados, o que poderia gerar distorções na comparação. Por isso, optei em retirar o DF do conjunto de dados.

observamos uma variação muito grande nos padrões de concentração/dominância nos diversos estados brasileiros. Os dados mais impressionantes estão justamente nos extremos de cada categoria.

No padrão concentrado/dominante, o estado com maior percentual é o Acre, com 37,5%, um valor quase quatro vezes maior que a média nacional. Ainda assim, não é o seu padrão predominante, uma vez que os votos concentrados/compartilhados correspondem a 50% dos seus candidatos. Ou seja, nota-se que o Acre possui uma grande concentração de votos, o que é intuitivo, tendo em vista se tratar de um estado com dimensões geográficas reduzidas, o que implica num número bem menor de municípios.

Tabela 1 – Padrão geográfico de votos dos deputados federais eleitos por estado (2018)

UF	C/D	C/C	F/D	F/C
AC	37.5%	50.0%	0%	12.5%
AL	11.1%	11.1%	66.7%	11.1%
AM	25.0%	37.5%	37.5%	0%
AP	0%	100.0%	0%	0%
BA	7.7%	10.3%	59.0%	23.1%
CE	4.5%	18.2%	54.5%	22.7%
ES	20.0%	10.0%	50.0%	20.0%
GO	11.8%	17.6%	41.2%	29.4%
MA	5.6%	0%	66.7%	27.8%
MG	9.4%	9.4%	41.5%	39.6%
MS	25.0%	25.0%	12.5%	37.5%
MT	25.0%	0%	50.0%	25.0%
PA	5.9%	11.8%	35.3%	47.1%
PB	8.3%	0%	75.0%	16.7%
PE	8.0%	8.0%	52.0%	32.0%
PI	10.0%	0%	90.0%	0%
PR	16.7%	16.7%	30.0%	36.7%
RJ	6.5%	65.2%	6.5%	21.7%
RN	0%	25.0%	62.5%	12.5%
RO	25.0%	37.5%	12.5%	25.0%
RR	12.5%	75.0%	0%	12.5%
RS	3.2%	3.2%	22.6%	71.0%
SC	6.2%	12.5%	50.0%	31.2%
SE	12.5%	0%	75.0%	12.5%
SP	10.0%	30.0%	2.9%	57.1%
TO	12.5%	0%	62.5%	25.0%
Brasil	10,1%	21,6%	35,2%	33,1%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE, 2021.

No padrão concentrado/compartilhado, por sua vez, outro pequeno estado surpreende pelos seus resultados: o Amapá, com 100% das cadeiras ocupadas por deputados com esse

perfil. É, portanto, o estado com a mais acirrada disputa eleitoral, o que é confirmado pelos dados de votação, com uma média de 12% de diferença de votos entre cada um dos oito deputados e seu subsequente no ranking de votação.

No outro extremo está o padrão fragmentado/dominante, no qual os deputados do Piauí têm a predominância, com 90% de suas 10 cadeiras. O deputado se enquadra no perfil dominante, porém concentrado em poucos municípios. Traduz-se assim, no estado com o menor nível de competição eleitoral, uma vez que todos os deputados eleitos dominam seus eleitorados, a imensa maioria em vários municípios.

Por último, o padrão fragmentado/compartilhado é característico do estado do Rio Grande do Sul, com 71% de seus deputados nessa categoria. O segundo grupo é de deputados com votos fragmentados/dominantes, com 23%. A fragmentação, portanto, é uma característica marcante desse estado.

Subindo um nível na geografia, a tabela 2 mostra a distribuição de frequências entre os padrões observados por região geográfica, além de revelar o padrão característico de cada região, que corresponde ao conjunto de valores observados acima da média nacional.

Tabela 2 – Padrão geográfico de votos dos deputados federais eleitos por região (2018)

Região	C/D	C/C	F/D	F/C	Padrão Característico
Norte	15%	40%	23%	22%	CONCENTRADO
Nordeste	7%	9%	63%	21%	F/D
Centro-Oeste	18%	15%	36%	30%	DOMINANTE
Sudeste	9%	32%	18%	41%	COMPARTILHADO
Sul	9%	10%	31%	49%	F/C
Brasil	10%	22%	35%	33%	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE, 2021.

Os dados da tabela 2 mostram uma grande discrepância entre as regiões brasileiras, assim como se observou nos estados. Somente duas regiões possuem um padrão único característico, quais sejam: o Nordeste, 63% fragmentado e dominante; e o Sul, 49% fragmentado e compartilhado, padrões correspondentes aos seus estados mais representativos, Piauí, e Rio Grande do Sul, respectivamente, conforme visto anteriormente.

As outras regiões apresentaram padrões característicos mistos, com dois padrões de concentração/dominância acima da média nacional.

Os dados do Norte, por exemplo, mostram um perfil concentrado, uma vez que 40% de seus deputados possuem padrão concentrado/compartilhado, porém 15% possuem padrão concentrado/dominante, acima da média nacional de 10%.

Já a região Centro-Oeste se caracteriza pelo padrão dominante, uma vez que 36% do seu conjunto está no padrão fragmentado/dominante e 18% no padrão concentrado/dominante, ambos os valores superiores à média nacional, ainda que em graus distintos.

A Região Sudeste, por outro lado, mostra-se compartilhadora, com 41% fragmentados/compartilhados e 32% concentrados/compartilhados, ambos os valores destoando do âmbito nacional.

Essas diferentes nuances entre as regiões brasileiras são resumidas de forma qualitativa, pela tabela 3, que elenca as regiões de cada grupo característico, a partir de dois recortes: o padrão comparado, que leva em conta a frequência do padrão que mais se afasta da média nacional, e o padrão mais frequente, determinado pela característica mais verificada no seu próprio conjunto.

Tabela 3 – Padrão geográfico de votos característico de cada região (2018)

Padrão comparado			
C/D	C/C	F/D	F/C
Centro-Oeste	Norte	Nordeste	Sul
	Sudeste		

Padrão mais frequente			
C/D	C/C	F/D	F/C
	Norte	Nordeste	Sul
		Centro-Oeste	Sudeste

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE, 2021.

Os dados da tabela 3 confirmam o observado na tabela anterior, e levam a definição dos seguintes perfis de votação de cada região:

- Norte, de padrão concentrado/compartilhado, caracterizado por estados com um pequeno número de municípios, constrictos geograficamente (com exceção do Pará), e uma grande competitividade eleitoral;
- Nordeste, de padrão fragmentado/dominante, marcado pela preponderância de políticos de carreira no executivo estadual ou vinculados a tradicionais famílias oligárquicas;
- Centro-Oeste, de padrão dominante, tanto fragmentado quanto concentrado, também fruto de um grande eleitorado nas áreas rurais e de distritos informais mais claros, com uma baixa concorrência e uma maior propensão a deputados mais paroquialistas;
- Sudeste, de padrão compartilhado, tanto fragmentado quanto concentrado, o que sugere a preponderância de políticos de opinião e adeptos de práticas universalistas, tanto nos grandes centros urbanos quanto em todo o estado, além dos grandes puxadores de voto;
- Sul, de padrão fragmentado e compartilhado, caracterizado por deputados com pautas transversais, como religiosos, sindicalistas, e de caráter universalista com votos espalhados por todo o estado.

Outro recorte interessante é a divisão de padrões por partido político dos deputados

eleitos. Intuitivamente, espera-se uma variação considerável, tendo em vista a nossa realidade pluripartidária. A tabela 4 ilustra bem isso.

Os dados obtidos realmente espelham diferentes padrões e intensidades no conjunto dos trinta partidos que conseguiram cadeiras na Câmara dos Deputados. Mais uma vez, merecem relevo os casos extremos observados em cada padrão, com exceção dos partidos que tiveram pouquíssimos votos, nos quais obviamente se observam percentuais muito altos nos seus indicadores.

Tabela 4 – Padrão geográfico de votos dos deputados federais eleitos por partido (2018)

Partido	Total	C/D	C/C	F/D	F/C
PT	55	5%	18%	31%	45%
PSL	52	8%	40%	10%	42%
PP	36	6%	8%	58%	28%
MDB	34	9%	6%	71%	15%
PSD	34	6%	12%	50%	32%
PR	32	6%	16%	47%	31%
PSB	32	13%	22%	44%	22%
PRB	29	3%	34%	24%	38%
PSDB	29	21%	14%	34%	31%
DEM	28	7%	21%	43%	29%
PDT	28	18%	14%	32%	36%
SOLIDARIEDADE	13	8%	23%	31%	38%
PODE	11	9%	9%	18%	64%
PTB	10	10%	0%	60%	30%
PSOL	10	10%	90%	0%	0%
PC do B	9	0%	33%	33%	33%
PSC	8	0%	25%	50%	25%
NOVO	8	0%	63%	13%	25%
PROS	8	25%	38%	0%	38%
PPS	7	14%	43%	14%	29%
AVANTE	7	43%	29%	0%	29%
PHS	6	33%	17%	0%	50%
PATRI	5	20%	0%	20%	60%
PMN	3	67%	0%	0%	33%
PRP	3	33%	0%	33%	33%
PV	3	0%	33%	33%	33%
PTC	2	0%	0%	100%	0%
DC	1	0%	0%	0%	100%
PPL	1	0%	0%	100%	0%
REDE	1	100%	0%	0%	0%
Brasil	505	10%	22%	35%	33%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE, 2021.

No padrão concentrado/dominante, destaca-se o Avante, com 3 dos 7 dos deputados nessa categoria, o equivalente a 43%. Um dos três deputados é o Pastor Sargento Isidório, o

mais votado do estado da Bahia, com 323.264 votos, ou 4,71% dos votos válidos, concentrados principalmente na capital Salvador e sua região metropolitana.

Já no padrão concentrado/compartilhado, lidera o PSOL, com uma frequência de 90%, entre seus 10 representantes. Isso evidencia o caráter ideológico do partido, com deputados eleitos somente nas grandes capitais, como Rio de Janeiro (4), São Paulo (3), Belo Horizonte (1) e Porto Alegre (1). O outro deputado, de padrão concentrado/dominante, é o Deputado Edmilson Rodrigues, que fora o mais votado do estado do Pará, com 184.042, ou 4,65% dos votos válidos, principalmente em Belém.

No padrão fragmentado/dominante, o partido mais relevante é o MDB, com 70,6%. Essa característica é observada em todas as regiões do país, o que se explica pela capilaridade que o MDB construiu em toda sua existência, reforçado pela sua participação em governos estaduais e também no plano federal.

Por último, no padrão fragmentado/compartilhado, dos grandes partidos, se destaca o PT, que conseguiu a princípio a maior bancada da Câmara, e ainda se constitui num partido coeso e com forte identificação com seu eleitorado, e após 13 anos à frente do executivo federal, recebe votos espalhados por vários municípios, e não mais somente nos grandes centros urbanos.

A tabela 5 traça um panorama qualitativo das diversas agremiações partidárias em relação aos padrões mais observados em cada uma delas¹¹. O resultado é apresentado na ordem decrescente de percentuais de cada partido dentro de cada dimensão.

Quando se observa o conjunto dos partidos que formam os diferentes padrões, chega-se a conclusões interessantes. Primeiramente, o padrão concentrado/dominante é o mais frequente apenas em legendas que elegeram bancadas menores, como Rede (1), PMN (3), Avante (7) e PRP (3). Isso é esperado, uma vez que como vimos esse padrão é o que menos se observa no plano nacional.

Quando analisamos o padrão concentrado/compartilhado, observamos a sua maior ocorrência em partidos reconhecidamente ideológicos, como PSOL, PCdoB e PV, que possuem bases eleitorais nos grandes centros urbanos, ou partidos recém-criados, como NOVO e PROS, que ainda possuem uma baixa capilaridade e conseguem se eleger em localidades específicas.

O padrão fragmentado/compartilhado reflete um dado ainda mais interessante. Além de partidos tradicionais, como o MDB, PSDB e PSB, que possuem fortes bases eleitorais em diferentes estados, fazem parte desse conjunto, partidos como PTB, PP, PSD, PR, DEM, e PSC também conhecidos como “Centrão”. Esse fato reforça a tese de que uma votação fragmentada e dominante é característica de políticos com trajetórias associadas a governos estaduais e federais, que de alguma forma trouxeram melhorias para seus redutos eleitorais.

¹¹ Diferentemente da tabela utilizada nas regiões, optou-se por utilizar apenas a tabela de padrões mais frequentes, por simplificação do modelo.

Enfim, os partidos formadores do padrão fragmentado/compartilhado são aqueles alinhados com causas que permeiam toda a população, e não apenas as dos centros urbanos. O grupo é formado por partidos ligados a questões religiosas, como PHS, PRB e DC, a causas trabalhistas, como PT, PDT e SOLIDARIEDADE, além do Podemos, que apesar de novo, conseguiu receber deputados espalhados por todas as regiões do país. Por último, cabe especial destaque o PSL, que a partir do “efeito Bolsonaro”, conseguiu uma votação expressiva em todo o Brasil, chegando a conquistar o posto de segunda maior bancada da Câmara Federal. Esse efeito impactou sobremaneira nos resultados da eleição de 2018, entretanto, no que tange à geografia do voto dos diversos partidos, o que se observa é a reafirmação do esperado pela teoria.

Tabela 5 – Padrão geográfico de votos característico de cada partido (2018)

Padrão mais frequente			
C/D	C/C	F/D	F/C
REDE	PSOL	PTC	DC
PMN	NOVO	PPL	PODE
AVANTE	PPS	MDB	PATRI
PRP	PROS	PTB	PHS
	PC do B	PP	PT
	PV	PSD	PSL
		PSC	SOLIDARIEDADE
		PR	PRB
		PSB	PDT
		DEM	
		PSDB	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE, 2021.

Enfim, os partidos formadores do padrão fragmentado/compartilhado são aqueles alinhados com causas que permeiam toda a população, e não apenas as dos centros urbanos. O grupo é formado por partidos ligados a questões religiosas, como PHS, PRB e DC, a causas trabalhistas, como PT, PDT e SOLIDARIEDADE, além do Podemos, que apesar de novo, conseguiu receber deputados espalhados por todas as regiões do país. Por último, cabe especial destaque o PSL, que a partir do “efeito Bolsonaro”, conseguiu uma votação expressiva em todo o Brasil, chegando a conquistar o posto de segunda maior bancada da Câmara Federal. Esse efeito impactou sobremaneira nos resultados da eleição de 2018, entretanto, no que tange à geografia do voto dos diversos partidos, o que se observa é a reafirmação do esperado pela teoria.

Na última análise a ser feita, a tabela 6 fornece um comparativo das médias gerais de cada padrão observado na eleição de 2018 com os dados obtidos por Carvalho (2003), relativos às eleições de 1998 e 1994.

Tabela 6 – Padrão geográfico de votos geral (2018/1998/1994)

Região	C/D	C/C	F/D	F/C
Brasil (2018)	10%	22%	35%	33%
Brasil (1998)	16%	31%	35%	18%
Brasil (1994)	17%	29%	32%	21%

Fonte: 2018:Elaboração própria a partir de dados do TSE; 1994 e 1998:Carvalho (2003)

A tabela 6 indica que, a nível nacional, o padrão concentrado/dominante, que já vinha numa tendência decrescente, sofreu uma grande redução no seu percentual, entre 1998 e 2018, passando de 16% para somente 10%. Isso implica numa grave diminuição da característica distritável defendida por vários cientistas políticos, como Fleisher (1976), Indjaian (1981) e Dias (1991).

O padrão concentrado/compartilhado também sofre uma considerável redução, de 31% para 22%, passando da segunda para a terceira posição dentre os quatro. Isso é explicado pela mudança de configuração de partidos anteriormente ligados aos grandes centros urbanos, notadamente o PT, e que hoje conseguem abranger o interior dos estados.

No que tange ao padrão fragmentado/dominante, nada mudou, já que o percentual permanece exatamente o mesmo, de 35%, sendo ainda o mais frequente entre todos. Esse dado corrobora todos os outros analisados até aqui, mostrando que ainda existe um forte componente de oligarquização do poder político, principalmente nas regiões Nordeste e Centro-Oeste.

Por outro lado, chama atenção o grande crescimento do padrão fragmentado/compartilhado, uma vez que este aumentou 15 pontos percentuais em relação a 98. Além da maior capilaridade já referida anteriormente, isso se deve provavelmente às mudanças observadas no processo político ao longo desses vinte anos, desde a um aumento no número de partidos quanto a evolução das regras eleitoras e dos meios de comunicação e informação.

De forma geral, o que se observa, portanto, é uma fragmentação cada vez maior dos votos entregues aos deputados eleitos, o que indica, portanto, uma redução da distritalização do sistema eleitoral brasileiro, contrariando as previsões realizadas por diversos estudiosos.

5 Conclusão

A proposta do presente artigo foi analisar o resultado das eleições de 2018 para deputado federal, no contexto da geografia do voto. Essa análise se mostrou bastante útil na aplicação de conceitos teóricos importantes no campo da ciência política, além de permitir a identificação de determinados padrões e singularidades observadas no contexto político brasileiro.

Ao se analisar o padrão de votação obtida pelos deputados eleitos e sua classificação segundo as quatro categorias teóricas - concentrado/dominante, concentrado/compartilhado, fragmentado/dominante e fragmentado/compartilhado - verificou-se que existe uma grande

variação na distribuição de frequências dos padrões em todo o país, tanto do ponto de vista estadual quanto regional.

Cada região mostrou um comportamento bem definido: o Norte, concentrado e compartilhado, marcado por uma grande competitividade; o Nordeste, fragmentado e dominante, de característica oligárquica; o Centro-Oeste, de padrão dominante, com uma baixa concorrência e maior caráter distrital; o Sudeste, compartilhado, com o predomínio dos políticos de opinião e de grandes puxadores de voto; e o Sul, fragmentado e compartilhado, de políticos com pautas transversais e universalistas, que interessam a população em geral.

No recorte partidário, foi possível verificar diferentes nuances em relação ao padrão de votação. Na análise dos 30 partidos que obtiveram assento na Câmara, o padrão mais frequente observado em número de partidos foi o fragmentado/dominante, com partidos tradicionais como o MDB, PSDB, PSB e o partidos do chamado “Centrão”. Em segundo lugar, no padrão fragmentado/compartilhado, encontramos os maiores partidos da nova legislatura, PT e PSL, além de partidos de bancada religiosa, como PHS, PRB e DC, ou trabalhista, como Solidariedade e PDT. O terceiro grupo, de caráter concentrado/compartilhado, é formado por partidos dos grandes centros urbanos, como PCdoB, PSOL, PV e PPS, e os recém criados PROS e NOVO. O último grupo, concentrado e dominante, só foi mais frequente em partidos nanicos, como REDE, PMN, Avante, PRP.

Na análise final, comparou-se os dados totalizados nacionalmente com os levantados por Carvalho há duas décadas, e pode ser notar que o padrão de votação vem se tornando cada vez mais fragmentado e menos concentrado. Isso indica uma diminuição da distritalização do Brasil, na contramão do que afirmavam os primeiros estudos sobre o sistema eleitoral brasileiro.

Por outro lado, ainda é notada uma grande presença de deputados que dominam suas bases eleitorais, uma vez que os padrões concentrado-dominante e fragmentado-dominante representam 45% do total de eleitos. Esse tipo de votação, na ótica distributivista, é justamente a que estimularia nesses representantes, “a lógica do particularismo e a ênfase na perseguição de políticas com custos difusos e benefícios concentrados” (CARVALHO, 2003, p. 106).

Por fim, deixa-se como sugestão de pesquisa, a investigação de outras variáveis como produção legislativa, emendas orçamentárias, votações nominais, discursos, questionários, e outras, de forma a analisar o comportamento parlamentar de cada padrão geográfico, a fim de verificar se persistem, nos dias atuais, as relações encontradas na literatura.

Referências

- AMES, B. **Os entraves da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- BRASIL. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Repositório de dados eleitorais**, 2021. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais-1>. Acesso em: 25 abr. 2021.

BORGES, A.; PAULA, C.; SILVA, A. N. Eleições legislativas e geografia do voto em contexto de preponderância do Executivo. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, vol. 24, nº 58, p. 31-58, 2016. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782016000200031&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 25 abr. 2021.

CARVALHO, N. R. **Geografia política do voto e comportamento legislativo no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2003.

DIAS, J. L. M. Legislação Eleitoral e Padrões de Competição Político Partidária, in O.B. Lima Jr. (org.) **Sistema Eleitoral: Teoria e Prática**. Rio de Janeiro, Rio Fundo Ed, pp. 65-95, 1991.

FLEISCHER, D. V. Concentração e Dispersão Eleitoral; Um Estudo da Distribuição Geográfica do Voto em Minas Gerais (1966-1974). **Revista de Ciência Política**. Curitiba, v. 19, n. 3, p. 15-36, 1976.

HALL, P.A.; TAYLOR, R.C.R. As três versões do neoinstitucionalismo. **Lua Nova**. São Paulo, n. 58, p.193-223, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ln/n58/a10n58.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2021.

INDJAIAN, M. L. **Análise preliminar da bancada federal paulista eleita pelo MDB em 1978**. São Paulo, Relatório parcial de pesquisa apresentado à FAPESP, 1981.

LEMONS, L. B. de S. O Congresso Brasileiro e a distribuição de benefícios sociais no período 1988-1994: uma análise distributivista. **DADOS**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 3, p. 561-630, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582001000300004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 25 abr. 2021.

MARTINS, C.E. A Reforma do Sistema Eleitoral, **DADOS**, Rio de Janeiro, v.26, n. 2, p.141-153, 1983.

MAYHEW, D. R. **Congress: the electoral connection**. New Haven: Yale University Press, 1974.

MONTEIRO, J.M.; JÚNIOR, E. M. A Representação de quem? Partidos e oligarquias no Nordeste. **Revista NEP - Núcleo de Estudos Paranaenses da UFPR**, Curitiba, v. 5, nº 2, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/nep/article/view/70862/40025>. Acesso em: 08 set. 2021.

SANTOS, D. A. Geografia do voto: breves apontamentos. **I Seminário Internacional de Ciência Política: estado e democracia em mudança no século XXI**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, set. 2015. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/DiegoSantos.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2021.

Artigo submetido em: 2021-06-25

Artigo reapresentado em: 2021-10-12

Artigo aceito em: 2021-10-15